



# AVISO DE PUBLICAÇÃO CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 018/2026

## DISPENSA ELETRÔNICA

*Código CidadES Contratações (TCE/ES): 2026.067E0600001.09.0008*

**CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
E RECURSOS HUMANOS**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO  
INDIVIDUAL E COLETIVO (EPI/EPC's), PARA ATENDIMENTO DA  
EQUIPE DE TRABALHO DE MANUTENÇÃO, ESPECIFICAMENTE  
ATIVIDADES RELACIONADAS A SERVIÇOS DE LIMPEZA E  
COZINHA, CONFORME DEMAIS CONDIÇÕES PRESENTE NESTE  
TERMO DE REFERÊNCIA**

**VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 34.538,17**

**DATA DA SESSÃO: Dia 15/05/2026, das 09h01 até 15h30**

Data de Início das Propostas REQUERIDO

12/05/2026

Hora de Início das Propostas REQUERIDO

09:00

Data Final das Propostas REQUERIDO

15/05/2026

Hora Final das Propostas REQUERIDO

09:00

Data de Início de Lances REQUERIDO

15/05/2026

Hora de Início de Lances REQUERIDO

09:01

Data Final de Lances REQUERIDO

15/05/2026

Hora Final de Lances REQUERIDO

15:30

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item**

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 018/2026

### DISPENSA ELETRÔNICA

Processo Administrativo n.º 8299/2026

**Código CidadES Contratações (TCE/ES): 2026.067E0600001.09.0008**

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço por item*, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 15.803/2023, de 20 de dezembro de 2023, e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão: 15/05/2026**

**Horário da Fase de Lances: 09h01 às 15h30**

**Critério de Julgamento: menor preço por item.**

#### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO (EPI/EPC's), PARA ATENDIMENTO DA EQUIPE DE TRABALHO DE MANUTENÇÃO, ESPECIFICAMENTE ATIVIDADES RELACIONADAS A SERVIÇOS DE LIMPEZA E COZINHA**, por dispensa de licitação, mediante condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, conforme Termo de Referência.

1.2 O critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, sendo composto por 19 (dezenove) itens, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante **na plataforma eletrônica PORTAL COMPRAS PÚBLICAS, disponível no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>**.

2.1.1. O procedimento será divulgado no sítio oficial da PMSM, no Portal da Transparência e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. A plataforma COMPRAS PÚBLICAS poderá ser acessado pela web no link **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>**.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Para o certame, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta

máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
- 2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
  - 2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
    - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
    - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
    - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
    - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
    - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
    - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
  - 2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
  - 2.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
  - 2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso,



e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando couber.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema



eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **4. FASE DE LANCES**

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
  - 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 1,00.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
  - 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### **5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas.
  - 5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
  - 5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.



- 5.3.1. *Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de valores unitários e totais, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.*
- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o Agente de Contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 5.4.1. SICAF;
- 5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 5.6.1. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 5.6.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.8.1. contiver vícios insanáveis;
- 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. **Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.**
- 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.11.2. Considera-se TAMBÉM erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, **desde que o licitante apresente a certidão de cadastro DETALHADA no SICAF, contendo a relação de todos os documentos cadastrados e as devidas validades ou pelos documentos encaminhados via eletronicamente.**
- 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, quando apresentado, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, **no prazo de até 01 (um) dia útil, sob pena de inabilitação.** (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8. *O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*
- 6.8.1. *Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.*
- 6.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 6.12 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A SEREM APRESENTADOS:

### 6.12.1 Habilitação Jurídica

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito

no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

- i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **6.12.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE, ou outra equivalente, na forma da lei, com validade na data de apresentação da documentação e proposta;
- d) Certidão de regularidade junto à fazenda pública Federal (Quitação de tributos e contribuições Federais e Quanto à dívida ativa da União), sejam estas individualmente ou conjuntas, com a validade na data de realização desta licitação;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de apresentação da documentação e proposta.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, fornecida no site eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho – TST, em atendimento a Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do TST nº 1470/2011.

#### **6.12.3 Da Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, **caso se trate de pessoa física**, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência ou Certidão Negativa de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

#### **Das Declarações:**

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

## **7. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente (autorização de fornecimento).

7.2. O adjudicatário terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para *assinar o Termo de Contrato **OU** aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Autorização de Fornecimento)*, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá

encaminhá-lo para assinatura, eletronicamente via e-mail, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Autorização de Fornecimento, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. referida Autorização de Fornecimento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 Cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
  1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  2. *Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
  3. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*



4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 8.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
  5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 8.1, de 5% a 15% do valor do Contrato.
  6. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 8.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
  7. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 8.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
  8. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 8.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
- 8.2 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 16.4 Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.3 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 8.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.5 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.7 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.8 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 8.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.10 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

8.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inhabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

9.12.2. ANEXO II – *Modelo de proposta de preços*

São Mateus/ES, 11 de maio de 2026.

**MÁXIMA MEREUETTE DE OLIVEIRA**

Secretária Municipal de Administração e Recurso Humanos

Decreto nº. 17.087/2025

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO:**

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO (EPI/EPC's), PARA ATENDIMENTO DA EQUIPE DE TRABALHO DE MANUTENÇÃO, ESPECIFICAMENTE ATIVIDADES RELACIONADAS A SERVIÇOS DE LIMPEZA E COZINHA, CONFORME DEMAIS CONDIÇÕES PRESENTE NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

Os materiais / equipamentos, objeto deste certame, são caracterizados como comuns, não se enquadrando como sendo bem de luxo, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 15.803/2023, de 20 de dezembro de 2023.

**2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:**

**2.1 Natureza da Contratação:** Dispensa Eletrônica – Art. 75, II, da Lei 14.133/2021.

**2.2 Tipo de Licitação:** Compra

**2.3 Modalidade Licitatória e critério de julgamento:** Dispensa eletrônica – Menor Preço por item

**2.4 Remanescente de Contratação anterior:** Não.

**2.5 Regime de Execução:** Único

**2.6 Admite Subcontratação:** Não.

**2.7 Admite Adesão:** Não

**2.8 Despesa com Audiência Pública:** Não.

**2.9 Necessário Licenciamento Ambiental:** Não.

**2.10 Possui Estudo Técnico Preliminar:** Não.

**2.11 Recurso de Convênio:** Não.

**2.12 Tipo de Instrumento Contratual e/ou Auxiliar:** Autorização de fornecimento

**3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

Item	Especificação	Unid.	Quant.
1	Luva Nitrílica. Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, com acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Tamanhos P. Com CA- Certificado de aprovação.	Par..	500
2	Luva Nitrílica. Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, com acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Tamanhos M, com c.a. - certificado de aprovação.	Par..	500
3	Luva Nitrílica. Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, com acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Tamanhos G, com c.a. - certificado de aprovação.	Par..	500
4	Bota de Borracha PVC branca cano longo, com material maleável, solado com ótima aderência, forração interna, sendo da numeração 35/36. Com C.A. - Certificado de Aprovação.	Unid.	6
5	Bota de Borracha PVC branca cano longo, com material maleável, solado com ótima aderência, forração interna, sendo da numeração 37/38. Com C.A. - Certificado de Aprovação.	Unid.	6
6	Bota de Borracha PVC branca cano longo, com material maleável, solado com ótima aderência, forração interna, sendo da numeração 39/40. Com C.A. - Certificado de Aprovação.	Unid.	4
7	Bota Segurança Bidensidade sem bico de aço com elástico, sendo da numeração 35/36. Com C.A. - Certificado de aprovação.	Unid.	3
8	Bota Segurança Bidensidade sem bico de aço com elástico, sendo da numeração 37/38. Com C.A. - Certificado de aprovação.	Unid.	3

9	Bota Segurança Bidensidade sem bico de aço com elástico, sendo da numeração 39/40. Com C.A. - Certificado de aprovação.	Unid.	3
10	Máscara cirúrgica tripla com elástico, descartável com clipe nasal ajustável, camada em papel filtro branco fundido com eficiência de filtragem BFE acima de 95%, de acordo com o preconizado na norma ABNT NBR 15052:2004. Caixa com 50 unidades. Possuir registro na ANVISA.	Caixa.	500
11	Avental de segurança: confeccionado em PVC laminado na cor branca, com forro interno, modelo frontal, ilhós e cordão de nylon na cintura e nos ombros para ajustes, medindo 1,20x0,70cm, com C.A. - Certificado de aprovação.	Unid.	50
12	Avental térmico de segurança confeccionado em tecido de algodão com tratamento retardante a chamas e revestido em silicone, sem forro, viés azul e costuras com linha de para-aramida, aguenta o calor normal até 250° C tamanho 1,20 x 0,70, com C.A. - Certificado de aprovação.	Unid.	20
13	Luva mista de vaqueta e raspa, luva de segurança confeccionada em raspa no dorso e palma em vaqueta, com elástico e viés no punho. Tamanho: 8-9-10. Punho 7 cm.	Par..	35
14	Luvas de proteção Tricotada - sem costura, ambidestra, confeccionada em fios de algodão, poliéster ou materiais mistos. Punho com acabamento em elastano ou similar para ajuste seguro. Deve possuir pigmentos antiderrapantes em PVC (ou material similar) na palma e ponta dos dedos para melhor aderência. tamanhos G (ou 10).	Par.	50
15	Máscaras PFF2/ n95 sem válvula, com c.a. - certificado de aprovação.	Unid.	200
16	BOTINA DE SEGURANÇA COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO CONFECCIONADO EM MICROFIBRA TAMNHO 38 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA): 48097 Especificações Técnicas: Tipo: Botina ocupacional de segurança, tipo B. Cabedal: Couro resistente e durável. Fechamento: Elástico lateral para fácil ajuste e conforto. Forro: Material não tecido, promovendo ventilação e conforto. Palmilha: Montagem em não tecido, fixada pelo sistema Strobel, com palmilha interna adicional. Solado: Solado em PU bi densidade injetado diretamente no cabedal com sistema de absorção de energia na região do salto e resistente a abrasão com sistema antiderrapante. Biqueira: Biqueira em composite contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kg, resistente à passagem de corrente elétrica (isolante elétrico para eletricista), com absorção de energia na área do salto (calcanhar) e com resistência ao escorregamento.	Unid.	3
17	BOTINA DE SEGURANÇA COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO CONFECCIONADO EM MICROFIBRA TAMANHO 40 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA): 48097 Especificações Técnicas: Tipo: Botina ocupacional de segurança, tipo B. Cabedal: Couro resistente e durável. Fechamento: Elástico lateral para fácil ajuste e conforto. Forro: Material não tecido, promovendo ventilação e conforto. Palmilha: Montagem em não tecido, fixada pelo sistema Strobel, com palmilha interna adicional. Solado: Solado em PU bi densidade injetado diretamente no cabedal com sistema de absorção de energia na região do salto e resistente a abrasão com sistema antiderrapante. Biqueira: Biqueira em composite contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kg, resistente à passagem de corrente elétrica (isolante elétrico para eletricista), com absorção de energia na área do salto (calcanhar) e com resistência ao escorregamento.	Unid.	3
18	BOTINA DE SEGURANÇA COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO CONFECCIONADO EM MICROFIBRA TAMANHO 41 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA): 48097 Especificações Técnicas: Tipo: Botina ocupacional de segurança, tipo B. Cabedal: Couro resistente e durável. Fechamento: Elástico lateral para fácil ajuste e conforto. Forro: Material não tecido, promovendo ventilação e conforto. Palmilha: Montagem em não tecido, fixada pelo sistema Strobel, com palmilha interna adicional. Solado: Solado em PU bi densidade injetado diretamente no cabedal com sistema de absorção de energia na região do salto e resistente a abrasão com sistema antiderrapante. Biqueira: Biqueira em composite contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kg, resistente à passagem de corrente elétrica (isolante elétrico para eletricista), com absorção de energia na área do salto (calcanhar) e com resistência ao escorregamento.	Unid.	12
19	BOTINA DE SEGURANÇA COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO CONFECCIONADO EM MICROFIBRA TAMANHO 44 - CERTIFICADO DE	Unid.	03



APROVAÇÃO (CA): 48097 Especificações Técnicas: Tipo: Botina ocupacional de segurança, tipo B. Cabedal: Couro resistente e durável. Fechamento: Elástico lateral para fácil ajuste e conforto. Forro: Material não tecido, promovendo ventilação e conforto. Palmilha: Montagem em não tecido, fixada pelo sistema Strobel, com palmilha interna adicional. Solado: Solado em PU bi densidade injetado diretamente no cabedal com sistema de absorção de energia na região do salto e resistente a abrasão com sistema antiderrapante. Biqueira: Biqueira em composite contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compressão de no mínimo 15 kg, resistente à passagem de corrente elétrica (isolante elétrico para eletricitista), com absorção de energia na área do salto (calcanhar) e com resistência ao escorregamento.		
---	--	--

#### 4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas inerentes a essa contratação ocorrerão à conta da respectiva dotação orçamentária desta Secretaria:

##### **MATERIAL DE CONSUMO:**

**Projeto Atividade:** 2.008

**Elemento de Despesa:** 33903000000

**Fonte de Recurso:** 15

**Ficha:** 8

#### 5. MOTIVAÇÃO / JUSTIFICATIVA:

A presente contratação fundamenta-se no Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, visando garantir o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo (EPI/EPC's) essenciais para a segurança e integridade física dos servidores que atuam nas equipes de manutenção, especificamente nos serviços de limpeza e cozinha da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

A medida tem por objetivo mitigar os riscos ocupacionais inerentes às atividades rotineiras desses profissionais, que incluem o manuseio de produtos químicos de higienização, o contacto com superfícies húmidas ou escorregadias, a exposição a altas temperaturas no preparo de alimentos e o risco biológico por partículas em suspensão.

O fornecimento destes materiais é uma obrigação legal e técnica indispensável para prevenir acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, assegurando que o Município cumpra as normas de segurança vigentes e mantenha a continuidade dos serviços públicos de forma eficiente e segura.

A ausência dos equipamentos ora pretendidos comprometeria as condições básicas de trabalho, podendo ocasionar afastamentos médicos, prejuízos à eficiência administrativa e impactos negativos no atendimento direto ao cidadão.

A aquisição de materiais com especificações técnicas claras (como a norma ABNT NBR 15052 e proteção térmica até 250°C) configura-se como a solução mais adequada, pois:

- **Segurança e Qualidade:** Garante que os itens possuam Certificado de Aprovação (C.A.) e atendam aos padrões de durabilidade necessários para o uso coletivo e contínuo.
- **Eficiência Logística:** Permite a recomposição do stock, evitando paralisações por falta de insumos de proteção.



- **Conformidade Técnica:** Assegura a procedência dos materiais em conformidade com as regulamentações dos órgãos competentes, resguardando a responsabilidade da Administração.

O dimensionamento dos quantitativos fundamentou-se na rotatividade de troca necessária para manter a assepsia e a eficácia da proteção, conforme detalhado a seguir:

- **Luvas e Máscaras:** Quantitativos calculados com base no uso diário contínuo e na necessidade de trocas regulares para higiene e proteção dérmica/respiratória.
- **Calçados e Aventais:** Definidos de acordo com o perfil da equipa atual, prevendo a dotação individual e reserva técnica para substituição em caso de desgaste ou avaria.

Dessa forma, a medida mostra-se necessária e oportuna, assegurando o bem-estar dos servidores em estrita observância aos princípios da eficiência, legalidade e dignidade no ambiente de trabalho

## 6. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

### DO PRAZO DE ENTREGA:

O objeto do presente Termo de Referência será recebido em parcela **ÚNICA** no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da emissão da Autorização de Fornecimento.

A envio da Autorização de Fornecimento, será por meio eletrônico (e-mail).

Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

A entrega deverá ocorrer Setor de Almoxarifado Central da Prefeitura de São Mateus, cujo endereço: Rod. Othovarino Duarte Santos, nº 467, Bairro: Carapina - CEP: 29.933-010 - São Mateus/ES – Ao lado da Farmácia Indiana.

As entregas da referida aquisição, deverão preceder de horário previamente agendado com o setor de Almoxarifado, pelo e-mail [almoxarifadocentral@saomateus.es.gov.br](mailto:almoxarifadocentral@saomateus.es.gov.br).

Horário: das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00

## 7. DA GARANTIA MÍNIMA:

Os produtos deverão estar assegurados à garantia mínima prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), não dispensando garantias oferecidas pelos fabricantes dos produtos, respectivamente.

## 8. MODELO DE GESTÃO AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO:

O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão autorização de fornecimento/execução, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, DEVENDO TAIS CIRCUNSTÂNCIAS serem formalizadas via termo aditivo.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **9. DA FISCALIZAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO:**

A execução autorização de fornecimento/execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) autorização de fornecimento/execução, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal administrativo autorização de fornecimento/execução verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo autorização de fornecimento/execução atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor autorização de fornecimento/execução para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV). Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- a. O fiscal autorização de fornecimento/execução acompanhará a execução autorização de fornecimento/execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no objeto contratual, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- b. O fiscal administrativo autorização de fornecimento/execução anotar no histórico de gerenciamento autorização de fornecimento/execução todas as ocorrências relacionadas à execução autorização de fornecimento/execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- c. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal administrativo autorização de fornecimento/execução emitirá notificações para a correção da execução autorização de fornecimento/execução, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);



- d. O fiscal administrativo do objeto contratual informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- e. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução autorização de fornecimento/execução nas datas aprazadas, o fiscal administrativo autorização de fornecimento/execução comunicará o fato imediatamente ao gestor autorização de fornecimento/execução. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- f. O fiscal administrativo autorização de fornecimento/execução comunicará ao gestor autorização de fornecimento/execução, em tempo hábil, o término autorização de fornecimento/execução sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**FISCAL TITULAR:**

<b>NOME:</b>	Marcela Negris Scaldaferrro
<b>Nº MATRÍCULA:</b>	67181
<b>CARGO:</b>	ASSESSORA DE CONTROLE ADMINISTRATIVO
<b>DECRETO/PORTARIA NOMEAÇÃO:</b>	012/2025
<b>TIPO DE VÍNCULO:</b>	Efetivo
<b>Nº CPF:</b>	088.***.***-43

**FISCAL SUPLENTE:**

<b>NOME:</b>	Guilherme Miranda Piassaroli
<b>Nº MATRÍCULA:</b>	74959
<b>CARGO:</b>	Consultor Técnico
<b>DECRETO/PORTARIA NOMEAÇÃO:</b>	18.374/2026
<b>TIPO DE VÍNCULO:</b>	Comissionado
<b>Nº CPF:</b>	177.***.***-97

**10. DA VIGÊNCIA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO:**

O prazo de vigência autorização de fornecimento/execução será de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura autorização de fornecimento/execução, podendo tal prazo ser prorrogado, desde que devidamente justificado.

**11. MODELO DE GESTÃO AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO:**

O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão autorização de fornecimento/execução, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, DEVENDO TAIS CIRCUNSTÂNCIAS serem formalizadas via termo aditivo.



As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura autorização de fornecimento/execução ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após as medições, por meio de depósito na conta corrente da contratada, através de Ordem Bancária, após a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal/Fatura de serviços discriminativo, em via única, devidamente atestado pela Secretaria requisitante, assim como pelo fiscal;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal e Certidão Trabalhista;
- c) Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 2021/2021 e CND Estadual e Municipal na sede do Licitante;
- d) Boletim de Medição atestado pela Secretaria requisitante juntamente com o fiscal da Ordem de Serviço;
- e) Relatório de Fiscalização e Fotográfico.

A apresentação de Nota Fiscal/Fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior implicará na sua devolução à Empresa contratada para regularização, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

A PMSM reterá, na fonte, sobre o pagamento efetuado os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº 1234/2012.

Se a empresa contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à Nota Fiscal/Fatura documento que comprove esta opção, na forma do Anexo IV, da IN/SRF nº 480/2004, alterada pela IN/SRF nº 1234/2012, situação em que incidirá a retenção no percentual estabelecido na Lei nº 123/06, devendo a CONTRATADA discriminar o percentual na nota fiscal.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.



Considera-se data do pagamento o dia da efetiva entrega da Ordem Bancária na unidade bancária.

Os materiais entregues fora dos padrões fixados pela Administração não serão recebidos, sem qualquer ônus ao contratante.

Todo serviço executado ou material entregue bem como medido, deverá ser evidenciado com fotos;

### **13. DAS OBRIGAÇÕES:**

#### **Da Contratante:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato ou instrumento equivalente e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução autorização de fornecimento/execução e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições no Termo de Referência;
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando couber a garantia;
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução autorização de fornecimento/execução, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

#### **Da Contratada:**

- a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- b) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor autorização de fornecimento/execução ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d) Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal autorização de fornecimento/execução, os produtos/itens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega dos materiais empregados;



- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da entrega do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução ou entrega do objeto contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- f) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto autorização de fornecimento/execução;
- g) Comunicar ao fiscal autorização de fornecimento/execução, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da entrega do objeto.
- h) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer fornecimento que não esteja sendo prestado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- i) Manter durante toda a vigência autorização de fornecimento/execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- j) Cumprir, durante todo o período de vigência autorização de fornecimento/execução, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.
- k) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento autorização de fornecimento/execução.
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.
- m) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas autorização de fornecimento/execução, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- n) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de armazenamento do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- o) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- p) Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução ou fornecimento do objeto, durante a vigência autorização de fornecimento/execução.
- q) Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na entrega do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.
- r) Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.
- s) Vedar a utilização, na entrega do objeto, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010 cumprir com as demais condições constantes na proposta apresentada na licitação. 19.20 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).



## 14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### Habilitação Jurídica

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE, ou outra equivalente, na forma da lei, com validade na data de apresentação da documentação e proposta;
- d) Certidão de regularidade junto à fazenda pública Federal (Quitação de tributos e contribuições Federais e Quanto à dívida ativa da União), sejam estas individualmente ou conjuntas, com a validade na data de realização desta licitação;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de apresentação da documentação e proposta.



- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, fornecida no site eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho – TST, em atendimento a Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do TST nº 1470/2011.

#### **Da Qualificação Econômico-Financeira:**

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, **caso se trate de pessoa física**, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

- a) Certidão negativa de falência ou Certidão de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

#### **Das Declarações:**

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

#### **15. VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO:**

O mapa referencial de preços será elaborado pelo Setor de Compras, após a devida pesquisa de mercado efetuado em fontes diversas, buscando estabelecer o valor médio a ser utilizado pelo Setor de Licitações e Contratos como o valor máximo a ser contratado pela municipalidade. Tal valor deve ser tornado público no edital a ser disponibilizado na plataforma licitatória.

#### **16. DAS SANÇÕES:**

Cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial autorização de fornecimento/execução;
- b) Der causa à inexecução parcial autorização de fornecimento/execução que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total autorização de fornecimento/execução;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução autorização de fornecimento/execução;
- f) Praticar ato fraudulento na execução autorização de fornecimento/execução;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial autorização de fornecimento/execução, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- IV. **Multa:**
1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  2. *Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total autorização de fornecimento/execução, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
    - i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção autorização de fornecimento/execução por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
  3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 16.1, de 20% a 30% do valor autorização de fornecimento/execução.
  4. Compensatória, para a inexecução total autorização de fornecimento/execução prevista na alínea “c” do subitem 16.1, de 5% a 1% do valor autorização de fornecimento/execução.
  5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 16.1, a multa será de 5% a 15% do valor autorização de fornecimento/execução.
  6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 16.1, a multa será de 5% a 15% do valor autorização de fornecimento/execução.
  7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 16.1, a multa será de 5% a 15% do valor autorização de fornecimento/execução.

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no



**caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.9 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou instrumento equivalente ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## 17. CONDIÇÕES GERAIS:

Além das especificações acima, deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e do recebimento do produto licitado:

Não serão aceitos produtos/materiais em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;

Prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a **60 (sessenta) dias** a contar da data de abertura das propostas de preço;



Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega do material;

Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, embalagens, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados, bem como transporte, custos, estocagem até a entrega total do objeto, carga e descarga, testes, leis sociais e tributos.

**18. RESPONSÁVEL (s) PELA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PRESENTE TERMO:**

São Mateus/ES, 26 de março de 2026.

*(Assinatura eletrônica)*

**GUILHERME MIRANDA PIASSAROLI**

Consultor Técnico

Decreto 18.374/2026

*(Assinatura eletrônica)*

**MÁXIMA MEREGUETTE DE OLIVEIRA**

Secretária Municipal de Administração e Recurso Humanos

Decreto nº. 17.087/2025



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS**  
**Estado do Espírito Santo**

28/30

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

**IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA EMPRESA (NOME, CNPJ, ENDEREÇO, CONTATOS)**

**Ao: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO (EPI/EPC's), PARA ATENDIMENTO DA EQUIPE DE TRABALHO DE MANUTENÇÃO, ESPECIFICAMENTE ATIVIDADES RELACIONADAS A SERVIÇOS DE LIMPEZA E COZINHA, CONFORME DEMAIS CONDIÇÕES PRESENTE NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

Prezados Senhores,

Pela presente formulamos Proposta Comercial para fornecimento do item descrito abaixo, de acordo com todas as condições do **Aviso de Dispensa Eletrônica nº 018/2026** e seus anexos, em especial o Termo de Referência:

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Luva Nitrílica. Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, com acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Tamanhos P. Com CA- Certificado de aprovação.		Par..	500		
2	Luva Nitrílica. Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, com acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Tamanhos M, com c.a. - certificado de aprovação.		Par..	500		
3	Luva Nitrílica. Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, com acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Tamanhos G, com c.a. - certificado de aprovação.		Par..	500		
4	Bota de Borracha PVC branca cano longo, com material maleável, solado com ótima aderência, forração interna, sendo da numeração 35/36. Com C.A. - Certificado de Aprovação.		Unid.	6		
5	Bota de Borracha PVC branca cano longo, com material maleável, solado com ótima aderência, forração interna, sendo da numeração 37/38. Com C.A. - Certificado de Aprovação.		Unid.	6		
6	Bota de Borracha PVC branca cano longo, com material maleável, solado com ótima aderência, forração interna, sendo da numeração 39/40. Com C.A. - Certificado de Aprovação.		Unid.	4		
7	Bota Segurança Bidensidade sem bico de aço com elástico, sendo da numeração 35/36. Com C.A. - Certificado de aprovação.		Unid.	3		
8	Bota Segurança Bidensidade sem bico de aço com elástico, sendo da numeração 37/38. Com C.A. - Certificado de aprovação.		Unid.	3		
9	Bota Segurança Bidensidade sem bico de aço com elástico, sendo da numeração 39/40. Com C.A. - Certificado de aprovação.		Unid.	3		
10	Máscara cirúrgica tripla com elástico, descartável com clipe nasal ajustável, camada em papel filtro branco fundido com eficiência de filtragem BFE acima de 95%, de acordo com o preconizado na norma ABNT NBR 15052:2004. Caixa com 50 unidades. Possuir registro na ANVISA.		Caixa.	500		
11	Avental de segurança: confeccionado em PVC laminado na cor branca, com forro interno, modelo		Unid.	50		



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS**  
**Estado do Espírito Santo**

29/30

	frontal, ilhós e cordão de nylon na cintura e nos ombros para ajustes, medindo 1,20x0,70cm, com C.A. - Certificado de aprovação.					
12	Avental térmico de segurança confeccionado em tecido de algodão com tratamento retardante a chamas e revestido em silicone, sem forro, viés azul e costuras com linha de para-aramida, aguenta o calor normal até 250° C tamanho 1,20 x 0,70, com C.A. - Certificado de aprovação.		Unid.	20		
13	Luva mista de vaqueta e raspa, luva de segurança confeccionada em raspa no dorso e palma em vaqueta, com elástico e viés no punho. Tamanho: 8-9-10. Punho 7 cm.		Par..	35		
14	Luvras de proteção Tricotada - sem costura, ambidestra, confeccionada em fios de algodão, poliéster ou materiais mistos. Punho com acabamento em elastano ou similar para ajuste seguro. Deve possuir pigmentos antiderrapantes em PVC (ou material similar) na palma e ponta dos dedos para melhor aderência. tamanhos G (ou 10).		Par.	50		
15	Máscaras PFF2/ n95 sem válvula, com c.a. - certificado de aprovação.		Unid.	200		
16	BOTINA DE SEGURANÇA COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO CONFECCIONADO EM MICROFIBRA TAMNHO 38 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA): 48097 Especificações Técnicas: Tipo: Botina ocupacional de segurança, tipo B. Cabedal: Couro resistente e durável. Fechamento: Elástico lateral para fácil ajuste e conforto. Forro: Material não tecido, promovendo ventilação e conforto. Palmilha: Montagem em não tecido, fixada pelo sistema Strobel, com palmilha interna adicional. Solado: Solado em PU bi densidade injetado diretamente no cabedal com sistema de absorção de energia na região do salto e resistente a abrasão com sistema antiderrapante. Biqueira: Biqueira em composite contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compreensão de no mínimo 15 kg, resistente à passagem de corrente elétrica (isolante elétrico para eletricista), com absorção de energia na área do salto (calcanhar) e com resistência ao escorregamento.		Unid.	3		
17	BOTINA DE SEGURANÇA COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO CONFECCIONADO EM MICROFIBRA TAMANHO 40 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA): 48097 Especificações Técnicas: Tipo: Botina ocupacional de segurança, tipo B. Cabedal: Couro resistente e durável. Fechamento: Elástico lateral para fácil ajuste e conforto. Forro: Material não tecido, promovendo ventilação e conforto. Palmilha: Montagem em não tecido, fixada pelo sistema Strobel, com palmilha interna adicional. Solado: Solado em PU bi densidade injetado diretamente no cabedal com sistema de absorção de energia na região do salto e resistente a abrasão com sistema antiderrapante. Biqueira: Biqueira em composite contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compreensão de no mínimo 15 kg, resistente à passagem de corrente elétrica (isolante elétrico para eletricista), com absorção de energia na área do salto (calcanhar) e com resistência ao escorregamento.		Unid.	3		



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS**  
**Estado do Espírito Santo**

30/30

18	BOTINA DE SEGURANÇA COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO CONFECCIONADO EM MICROFIBRA TAMANHO 41 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA): 48097 Especificações Técnicas: Tipo: Botina ocupacional de segurança, tipo B. Cabedal: Couro resistente e durável. Fechamento: Elástico lateral para fácil ajuste e conforto. Forro: Material não tecido, promovendo ventilação e conforto. Palmilha: Montagem em não tecido, fixada pelo sistema Strobel, com palmilha interna adicional. Solado: Solado em PU bi densidade injetado diretamente no cabedal com sistema de absorção de energia na região do salto e resistente a abrasão com sistema antiderrapante. Biqueira: Biqueira em composite contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compreensão de no mínimo 15 kg, resistente à passagem de corrente elétrica (isolante elétrico para eletricitista), com absorção de energia na área do salto (calcanhar) e com resistência ao escorregamento.		Unid.	12		
19	BOTINA DE SEGURANÇA COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO CONFECCIONADO EM MICROFIBRA TAMANHO 44 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA): 48097 Especificações Técnicas: Tipo: Botina ocupacional de segurança, tipo B. Cabedal: Couro resistente e durável. Fechamento: Elástico lateral para fácil ajuste e conforto. Forro: Material não tecido, promovendo ventilação e conforto. Palmilha: Montagem em não tecido, fixada pelo sistema Strobel, com palmilha interna adicional. Solado: Solado em PU bi densidade injetado diretamente no cabedal com sistema de absorção de energia na região do salto e resistente a abrasão com sistema antiderrapante. Biqueira: Biqueira em composite contra impacto no nível de energia de no mínimo 200 j e contra a carga de compreensão de no mínimo 15 kg, resistente à passagem de corrente elétrica (isolante elétrico para eletricitista), com absorção de energia na área do salto (calcanhar) e com resistência ao escorregamento.		Unid.	03		

Prazo de Validade: 60 (sessenta) dias.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Identificação e assinatura do representante legal da empresa

Obs.: Nos preços unitários, será permitido no máximo 02 (duas) casas decimais